



**ASPECTOS HISTÓRICOS E INSTITUCIONAIS DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DE
ESCOLA PÚBLICA DE TEMPO INTEGRAL EM BELÉM DO PARÁ: UM ESTUDO DE
CASO**

José Bittencourt da Silva¹
Maria Cecília de Paula Silva²

INTRODUÇÃO

Dentre outros aspectos, a racionalidade do fazer estatutário constitui-se na base da legitimidade do Estado capitalista frente ao todo social. Para que não apareça como um Estado classista o direito burguês separa formalmente o público do privado (ALTHUSSER, 1983). Por isso, toda tomada de decisão das organizações públicas deverá pautar-se em leis definidoras de sua ação. O planejamento estatal e a sua efetiva implementação também são determinados por essa racionalidade e, portanto, pressuporá o princípio da legalidade. O campo burocrático-administrativo estatal (ou governamental) é o lugar por excelência da dominação racional/legal (WEBER, 1992), ou seja, o fazer com base em determinado fim previamente estabelecido em lei.

Tencionada pelo marco regulatório legal da educação nacional (BRASIL, 1996; 2007; 2010), a Prefeitura Municipal de Belém (PMB), por intermédio da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), implementou a criação formal de uma escola de tempo integral em 2011 no âmbito de sua competência. O presente texto expõe e analisa esse processo, questionando a aparência fenomênica de seu planejamento racional e a legitimidade estatutária de suas ações.

O texto constitui-se como um dos produtos do projeto de pesquisa intitulado “Escola Básica de Tempo Integral em Espaços Ribeirinhos no Pará: uma análise a

1 Doutor em Ciências Ambientais (NAEA/UFPA/BELÉM/PARÁ, 2007) e pós-doutorado em Educação (FACED/UFBA, 2016). Atualmente é professor Associado nível II da Universidade Federal do Pará, atuando na graduação (Faculdade de Educação-FAED) e pós-graduação (Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica-PPEB) no Instituto de Ciências da Educação, Brasil. Endereço eletrônico: jbsilva@ufpa.br

2 Pós-Doutora em sociologia/educação, Cooperação Internacional CAPES/COFECUB, Université de Strasbourg (2011-2012). Pesquisadora da Université de Strasbourg (Maison Interuniversitaire des Sciences de l'homme - MISHA). Bolsista CAPES Processo BEX 6990/14-2. EstágioSênior. Université de Strasbourg (2015-16). Universidade Federal da Bahia, Brasil. Endereço eletrônico: celipaula@yahoo.com.br



partir das ilhas Mosqueiro e Caratateua no município de Belém”. Neste contexto, foram recolhidas informações bibliográficas, dados documentais, verbais e imagéticos junto à Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIEF) Professora Maria Madalena Travassos localizada na Rua Santana, Alameda Bacuri s/n, Bairro Paraíso, distrito administrativo de Mosqueiro, Município de Belém, estado do Pará, Amazônia, Brasil.

Com base em uma pesquisa qualitativa de campo (OLIVEIRA, 1996), realizada entre os meses de maio e junho de 2016, foram feitas entrevistas com coordenadores pedagógicos, observações *in loco*, registros fotográficos e vivências cotidianas que ajudaram a subsidiar as exposições e análises acerca dos processos de implementação da escola de tempo integral em Belém. O caso selecionado constituiu-se como uma amostra, no mesmo sentido dado por Pires (2010, p. 154), ou seja, “designa o resultado de qualquer operação visando construir o *corpus* empírico de uma pesquisa.

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIEF) Professora Maria Madalena Travassos localizada na Rua Santana, Alameda Bacuri s/n, Bairro Paraíso, distrito administrativo de Mosqueiro, Município de Belém, estado do Pará, Amazônia, Brasil. A escola é pública, gratuita e está sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), Prefeitura Municipal de Belém. Atualmente, a escola atende a 61 alunos na Educação Infantil e 78 no Ensino Fundamental menor (1º, 2º e 3º ano), a partir do sistema de ciclos de alfabetização³ e em regime de tempo integral das 7h e 30min. às 17h e 30min.

Com base em um ideário conservacionista da SEMEC à época, fortemente marcado pela ideologia do “educar para a sustentabilidade” (GOVERNO FEDERAL, 2000, p. 6), a escola foi formalmente criada em 21 de dezembro de 2011, por meio do Decreto nº 68.679 (BELÉM, 2011), mas efetivamente inaugurada em dezembro de 2012. A proposta pensada, por assim dizer “de dentro do gabinete”, era atender às necessidades escolares de famílias do bairro Paraíso, uma área territorializada por um processo de ocupação localmente chamada de “invasão”.

A pedagoga e atual coordenadora pedagógica de Educação Infantil da EMEIEF Professora Maria Madalena Travassos, Ana Cristina Raiol Gomes de 41 anos de idade, participou desse processo. Ela afirma que

Inicialmente o projeto da professora Terezinha Gueiros, que era a secretária de educação da SEMEC na época, era de construir uma eco-escola neste local [...]. Mas a escola foi inaugurada em 2012 como escola

3 Para compreensão acerca dos ciclos de alfabetização ver Brasil (2012).



do campo de tempo integral, isso porque não tinha aluno suficiente pra ela funcionar. Na verdade a escola também não tinha pessoal de apoio, professores e corpo técnico-administrativo pra fazer uma escola funcionar. Ela foi inaugurada como de tempo integral pra resolver a questão da demanda. Assim foi que nós fizemos a escola funcionar ainda de maneira precária com alunos de outros bairros da ilha do Mosqueiro e assim resolvemos o problema da exigência legal. O que realmente se tinha era um grande e bonito prédio escolar sem gente dentro. Sofremos muitas críticas, inclusive chamaram a escola de 'elefante branco', ou seja, um grande espaço construído, mas sem nenhuma utilidade. Na verdade, essa situação toda aconteceu porque não houve nenhuma pesquisa pra que a prefeitura tivesse uma real visão dessa área aqui do Mosqueiro. A prefeitura trabalhou assim: eu tenho o dinheiro, tenho o local e onde eu vou fazer uma escola? (Ana Cristina Raiol Gomes, Ilha Mosqueiro, maio de 2016).

Rigorosamente falando, foram os poucos professores contratados e concursados, juntamente com a direção da escola os verdadeiros protagonistas da “vivificação” pedagógica do prédio edificado, realidade que se faz presente até os dias atuais no cotidiano escolar. Em grande medida, é a luta diário dos sujeitos educacionais que dá efetivamente existência a escola, em que pese os muitos problemas observados localmente.

Fomos nós que saímos atrás dos alunos para resolver o problema da demanda, fomos nós que fomos atrás de transporte para trazer as crianças. Foi uma experiência muito boa porque acabamos encontrando uma realidade que não se percebe quando a escola fica parada em si mesma esperando os alunos. Nós saímos atrás dos alunos e encontramos as antigas localidades das ilhas (Carananduba, Caruará, Curva da Mica, Paraíso, Marahú, São Francisco, Caruaru, Mari-Mari, Ariramba, Baia do Sol), assim como encontramos e fizemos bons contatos com muitas famílias assentadas da reforma agrária (Paulo Fonteles, Chico Mendes, Mártires de Abril, Doroth II). Atualmente é a escola que não tem condições para atender as famílias que querem colocar seus filhos pra estudar aqui, porque aí já aparecem outros problemas, como o problema do transporte que é muito pequeno para buscar e levar os alunos. É um ônibus que tem apenas 22 assentos, é um transporte que precisa de manutenção [...]. A escola recebe um suprimento de fundos de R\$ 1.900,00 bimestralmente. Esse dinheiro é para material de consumo e R\$ 300,00 para reparos. Esse valor é muito pouco e nós fazemos o que podemos para 'esticar' esse dinheiro. Já houve muitos casos que nós mesmos tivemos que usar o nosso próprio dinheiro pra compra de cimento, torneira, tempero pra cozinha, material para evento da escola, como brindes e comida para os participantes (Ana Cristina Raiol Gomes, Ilha Mosqueiro, maio de 2016).



De fato, o que se observa é que o planejamento dos meios e dos fins que caracterizam a ação estatal não se fez presente no processo efetivação da escola, tampouco na institucionalização do tempo integral. O relato da coordenadora pedagógica entrevistada mostra que se sabia muito pouco sobre a demanda de alunos, sobre as famílias do bairro, a viabilidade da escola ou mesmo sobre a construção do prédio no local selecionado. Para além desses aspectos, não se tinha claramente como ela funcionaria administrativa e pedagogicamente. A rigor, a escola foi se efetivando em meio a incertezas e esperanças por parte de todos os sujeitos envolvidos neste processo.

Uma breve incursão investigativa no entorno da escola é suficiente para observar que a área se assemelha aos processos característicos de ocupação de muitos espaços belenenses não organizados pela lógica estatal. Tem-se uma movimentação social, liderada por pessoas geralmente ligadas a determinado grupo político partidário, o qual oferece algum amparo legal em troca de promessa de voto. Com o passar do tempo muitos ocupantes, geralmente por ausência de condições infra-estruturais para permanência e sobrevivência no local, acabam vendendo seus lotes ou simplesmente abandonando-os.

No caso da área em estudo, a fixação de residências e a permanência dos ocupantes no lugar não se efetivaram de maneira imediata, isso porque a ilha apresenta uma configuração histórica de antropização ligada ao veraneio, descanso das classes médias urbanas da região metropolitana de Belém, ao turismo de praia e a outras práticas humanas ligadas à sazonalidade. A rigor, o fluxo maior de pessoas e dinheiro na ilha ocorre de maneira rápida e em momentos pontuais, principalmente nos contextos praianos e na área urbanizada denominada de vila. Hoje se observa na região do entorno da escola casas fechadas, muitas delas com placas de venda, outras simplesmente abandonadas e vários barracos e lotes de terra demarcados precariamente e também abandonados.

Em sua trajetória pela construção de uma identidade escolar, os sujeitos educacionais da EMEIEF Professora Maria Madalena Travassos estão se empenhados em garantir uma escola de tempo integral de fato. Todavia, observa-se que a escola está desempenhando uma função assistencialista na ilha Mosqueiro, o que para a atual realidade social local configura-se como uma importantíssima atividade, isso graças ao protagonismo de seus agentes educacionais.

A escola ainda não possui uma identidade. Foi pensada como eco-escola, passou a ser escola do campo e agora é uma escola de tempo integral. Hoje eu acredito que nossa escola é muito mais acolhedora do que uma escola verdadeiramente de tempo integral. Nós estamos construindo essa escola, mas ainda não sabemos direito o que é isso, estamos carentes de apoio neste sentido. Mas nós sabemos que a escola não pode simplesmente ser



um lugar pra onde as crianças são levadas para que seus pais possam trabalhar. Não é só isso. Nós sabemos que escola precisa ser muito mais que isso. Mas nós precisamos de apoio para fazer com ela seja realmente uma escola de tempo integral e não apenas uma escola que os alunos ficam mais tempo que as outras escolas de um turno só. Nós temos amor pela educação, pela nossa escola, mas a gente sabe que só isso não é suficiente [...] (Ana Cristina Raiol Gomes, Ilha Mosqueiro, maio de 2016).

Na prática o processo de implementação do “projeto” de escola de tempo integral no município de Belém obedece a uma “lógica de gabinete”. Esta lógica se caracteriza pelo cumprimento de formalidades, negligência democrático-participativa e pelo imprevisto de condutas. Seu planejamento formal serve apenas como um ritual protocolar que cumpre exigências infligidas pela legislação nacional (BRASIL, 1996; 2007; 2010; 2014). Em grande medida, no município de Belém esse processo está na dependência da boa vontade e heroísmo de professores e gestores, os quais se veem subitamente envolvidos em uma nova realidade educacional escolar da qual pouco sabem teórica e praticamente.

Palavras-chave: Processo histórico. Escola de Tempo Integral. Planejamento. Irracionalidades.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

BELÉM (Governo). **Secretaria Municipal de Educação (SEMEC)**: Escolas. Disponível em: <http://acomsemec1.blogspot.com.br/search?q=legisla%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 10 ago. 2015a.

BELÉM (Município). Lei Nº 9.129 de 24 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação - PME e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Belém**. Ano LVI, Nº 12.834, 2º caderno, 24 de junho de 2015b. Disponível em: <http://biblioteca.mppa.mp.br/phl82/capas/lei9129.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2016.

_____. Decreto nº 68.679, de 21 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a criação de Escola Municipal e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Belém**. Belém, PA,



21 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.cinbesa.com.br/diario/arquivos/dom-04-01-2012.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

_____. Lei nº 7682 de 05 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a regionalização administrativa do município de Belém, delimitando os respectivos espaços territoriais dos distritos administrativos e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**. 05 de janeiro de 1994. Disponível em: <http://cm-belem.jusbrasil.com.br/legislacao/583592/lei-7682-94>. Acesso em: 05 ago. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. 17ª ed., Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2015. 350 p. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/ConstituicaoFederal.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

_____. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **DOU**. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 1 maio 2015.

_____. Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades socioeducativas no contraturno escolar. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 24 abr. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2016.

_____. Decreto nº 7083, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 27 jan. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm>. Acesso em: 25 mar. 2016.

BRASIL (Governo). **Elementos Conceituais e Metodológicos para Definição dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do Ensino Fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

GOVERNO FEDERAL. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável. In: _____. **Carta da Terra**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000, p. 1-7. Disponível em: www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf. Acesso em: 30 jun. 2016.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**: Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010. Acesso em: 10 jun. 2015.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, vol. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

PIRES, Álvaro P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, Jean (et.al). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 2ª Ed., Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2010, p. 154-211 (Coleção Sociologia).

SILVA, José Bittencourt da; SANTOS, Jenijunio dos; SOUZA, Nazaré Serrat Diniz de. Escola básica e comunidades ribeirinhas em Belém, Estado do Pará: Problemas e Perspectivas. In: **KLA Working Paper**, Número 18, 2016, KompetenznetzLateinamerika - Ethnicity, Citizenship, Belonging; URL: http://www.kompetenzla.uni-koeln.de/fileadmin/WP_Bittencourt.pdf.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. Trad. Augustin Wernert. São Paulo: Cortez; Campinas-SP: Editora da Universidade de Campinas, 1992.